

# PRESENÇA RECORDE

## Ameaça de corte nos salários obtém êxito

A Câmara conseguiu ontem novo recorde de presença em plenário, principalmente se comparada ao habitual esvaziamento das sessões de sextas-feiras. Passaram pelo plenário até às 14h20, quando a sessão se encerrou, 406 deputados. Geralmente, a Mesa não abria sessões no último dia útil da semana por falta de número regimental mínimo de 52 parlamentares. Na quinta-feira, o plenário também lotou com o comparecimento de 495 parlamentares, outro recorde nos últimos meses.

O empenho da Mesa em manter quórum alto, baixando medidas rigorosas para segurar os parlamentares em Brasília, é que faz a diferença. O novo Congresso começou a funcionar com a determinação da Mesa de cortar o ponto dos faltosos. Quem não comparece a uma sessão deliberativa, como a de ontem, tem descontada parte do salário de R\$ 8 mil. O ritmo de trabalho tem resultado numa média de sete a oito votações por dia. Ontem, a Câmara apreciou oito matérias. Na quinta-feira, foram votadas 16.

O Senado também realizou sessão deliberativa ontem, com 47 dos 81 senadores. Foram examinadas nove matérias e cinco foram aprovadas. Para abrir cami-

nho para a reforma constitucional, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), também tenta adaptar um ritmo veloz às sessões do Congresso, que reúne senadores e deputados. Na quinta, Sarney quase conseguiu passar 14 Medidas Provisórias das 47 acumuladas no Congresso. Mas as queixas de parlamentares por causa do descontrole na edição de MPs pelo governo limitou a sessão à aprovação de nove medidas.

Na pauta da Câmara, estão pendentes cerca de 90 matérias. Este acúmulo, no entanto, não preocupa o presidente da Câmara, Luís Eduardo (PFL-BA), que pretende dar prioridade às emendas constitucionais. Luís Eduardo também instituiu horários rigorosos para o início das sessões. As novas regras ainda reduziram drasticamente o quórum de lobistas no plenário. Agora, assessores dos ministérios só têm acesso às sessões com autorização do líder do governo, deputado Luís Carlos Santos (PMDB-SP).

Além disso, as credenciais de plenário foram reduzidas e passaram para o controle da liderança de governo. Com isso, só participa de negociações de projetos de interesse do governo quem tiver o aval do líder.